

## PDE COMO POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA: SÓ NO PASSADO

Por Wilson José Vieira, Elisane Fank e Geraldo Balduino Horn

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) foi idealizado no Paraná em 2004 - quando da elaboração do Plano de Carreira do Magistério - e implementado a partir de 2007 como uma política educacional de formação continuada para professores/as. Foi, na sua origem, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná com os professores, gestores das escolas públicas e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Estaduais do Paraná. Esse programa de formação continuada buscava oferecer aos educadores a retomada de estudos acadêmicos em sua área de formação em parceria com as Universidades Públicas Estaduais e Federais do Paraná e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Hoje, porém, por conta dos cortes de recursos e descaso do atual governo, o programa perdeu totalmente sua identidade. Ou seja, não promove mais o aperfeiçoamento permanente e a qualificação sistemática dos/as professores/as da rede estadual de Educação Básica do Paraná.

O PDE seguia as seguintes etapas ou momentos: 1) a construção de Projeto de Intervenção Pedagógica; 2) Produção Didático-pedagógica; 3) Grupo de Trabalho em Rede (GTR) com professores de Filosofia que desenvolveram o Projeto de Intervenção proposto pelo professor pesquisador PDE e, posteriormente, socializaram suas experiências via Plataforma Moodle; 4) implementação do Projeto na escola pelo professor pesquisador PDE; 5) elaboração de artigo científico com as principais conclusões da pesquisa ([www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)). Algumas das pesquisas em Filosofia tiveram a orientação do Professor Dr. Geraldo B. Horn (NESEF/UFPR) e de cursos ofertados pela Universidade Federal do Paraná.

A participação no Programa de Desenvolvimento Educacional possibilitou compreender a importância da formação continuada de qualidade para os professores da Educação Básica, pois o reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento do processo ensino-aprendizagem, enquanto sujeitos que aprendem e ensinam, conforme apontado no documento síntese PDE, na relação com o mundo e com os outros, é algo fundamental para o desenvolvimento educacional.

A pesquisa desenvolvida no PDE, no período anterior aos governos neoliberais de Beto Richa e de Ratinho Júnior, contribuiu e potencializou a análise e a compreensão da materialidade do trabalho em sala de aula, da mediação docente e de suas condições e possibilidades. Partimos da

perspectiva de que a aula de Filosofia, em algum momento, deve passar pelo texto clássico de filosofia e de que o diálogo com a tradição, com o pensamento filosófico, é algo essencial para que ocorra a indagação e a reflexão quanto ao mundo que nos circunda. Um texto é clássico quando mesmo pertencendo a outra época ainda é capaz de dizer alguma coisa para o nosso tempo. É nesse sentido que ele é importante, não para que o estudante conheça de forma abstrata, enciclopédica, a filosofia, mas para que ele possa adquirir instrumental para compreender sua realidade e dela poder participar.

O PDE deste período foi importante para o processo de compreensão da aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio e de forma específica para o uso do texto clássico de Filosofia. A filosofia, enquanto conjunto de conhecimentos teóricos, reúne grande parte dos temas que influenciam a vida de nossos estudantes. Temas no campo da política, da ética, da ciência e no campo da arte. Os conhecimentos filosóficos determinam, mesmo que inconscientemente, o modo e o sentido segundo o qual as pessoas em geral abordam o mundo e a vida.

Fato é que os governos neoliberais de Beto Richa que passou a comandar o estado do Paraná a partir de 2011 e de Ratinho Júnior que assumiu em 2019 representam o que há de mais atrasado em termos de política educacional de formação continuada de professores/as. O PDE transformou-se em um programa de formação aligeirada, precarizada, sem consistência na forma e no conteúdo.

As matérias d'O Sísifo de março apresentam um retrato, a partir da análise de professores que entraram no último edital do PDE lançado pela Secretaria de Educação, em 2019. A matéria de Alessandro Reina relata com indignação a destruição da política pública educacional de formação docente que ocorreu nos últimos anos no estado do Paraná. Já Bernardo Kestring analisa historicamente o PDE com base na Lei Complementar nº 103/2004 e mostra que sua implementação do PDE no Paraná (nas gestões do governo Requião) valorizou os professores/as da escola pública, mas que atualmente o programa encontra-se totalmente desvirtuado e precarizado. Por fim, Edson Teixeira de Resende destaca o espectro formativo do programa, mas aponta a inconsistência da edição do PDE de 2019 uma vez que as práticas pedagógicas elaboradas no âmbito da produção teórica dos professores proponentes não foram aplicadas em sala e, por conseguinte, não puderam ser adequadamente analisadas.

Boa leitura!

## PDE 2019: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO (IN) ACABADO!

Por Alessandro Reina

Como professor de filosofia da rede pública de ensino a mais de 10 anos, posso dizer que acompanhei com entusiasmo o nascimento do PDE, um projeto de formação docente que fora planejado durante a gestão do Governo Requião-PMDB, que além de valorizar a educação, constituía numa das raras políticas públicas democráticas de valorização profissional do professor.

No ano de 2019, participei finalmente do programa, para testemunhar, com pesar, o que ele se tornou: um verdadeiro sucateamento do aspecto formativo docente e a destruição de uma boa política pública educacional. Porém, permitam-me explicar o porquê de tal asserção.

Na sua constituição original, o PDE continha uma série de medidas que blindavam o professor no interior de seu processo formativo: o afastamento de suas atividades para pesquisa e elaboração do seu projeto, o retorno do contato com o ambiente universitário como item necessário ao processo de formação e, por fim, a implantação do projeto na escola no ano subsequente. O PDE tratava-se de um projeto de intervenção: o docente afastava-se de suas funções para repensar a sua prática, para reavivar o interesse pela educação e, para possibilitar uma aprendizagem mais fluída e vívida a seus alunos em seu retorno.

Em 2019, o PDE apresentou suas credenciais: o professor só teria direito se estivesse na classe 11, nível 2, porém com uma exigência antes inexistente: precisava ter um diploma *stricto sensu* para poder participar, ou seja, uma titulação de mestre ou doutor. Derrubava-se assim, o critério democrático de ingresso, pois privou muitos professores da rede pública de poderem participar desta edição. A exigência é uma estratégia política para diminuir o número de participantes e assim, reduzir o “custo” com a formação, pois para a gestão de Ratinho Jr., assim como fora a desastrosa gestão de Beto Richa, educação simboliza “custo” e não “investimento”.

Mas isso não era ainda a única novidade: o professor, para fazer o PDE, não poderia afastar-se de suas atividades, teria que elaborar uma produção didática em seis meses, processo que seria todo realizado via

ambiente *moodle*, ou seja, através de uma plataforma EaD, cujos professores orientadores seriam professores de edições anteriores do PDE. A escassez de tempo, e a alta carga horária de trabalho, fez do PDE um martírio aos professores da rede. Não estavam mais em contato com a Universidade, mas sim presos numa espécie de “limbo virtual”, onde as discussões ficaram empobrecidas, limitadas e insuficientes para uma formação integral e de qualidade.

A “cereja do bolo”, para finalizar todo este processo, estava da ausência de necessidade de implantação do projeto na escola, o que não deixa de ser coerente com a proposta atual, pois não fornecia subsídios mínimos para que a prática de fato pudesse ser efetivada. Se fosse feita tal exigência nas atuais condições, seria um despautério.

Meu projeto, a saber, tratava-se da utilização do filme nacional como fator de aprendizagem filosófica por intermédio do cineclube na escola. O projeto ampara-se na Lei 13.006/14, que instituiu a obrigatoriedade de exibição mensal de 2h de filmes nacionais nas escolas públicas, algo que caiu no esquecimento ou na falta de conhecimento, uma vez que em nosso país, existem leis “que pegam e outras que não pegam”, típico de uma nação que ainda luta por seu florescimento cultural e esclarecimento público, diante de todo obscurantismo bolsonarista e da necropolítica praticada pelos atuais governantes.

Desta forma, a escola perde por não ter a oportunidade de receber os projetos dos professores PDE, e o professor também perde, por não ter uma oportunidade de receber uma formação decente, digna de seu esforço e dedicação diário nas salas de aula paranaenses

Assim, em janeiro de 2020, seis meses após seu início, o PDE 2019 chegava ao fim, com a ingênua impressão de que só havia servido para progressão financeira (5% para ser exato, que ainda não recebemos), o que nem cécegas faz nos mais de 17% de defasagem salarial, fora o aumento da contribuição obrigatória que a Reforma previdenciária trouxe, aumentando de 12% para 14% o valor da contribuição. Há quem diga que devemos agradecer, porém essas migalhas são o retrato de uma educação empobrecida e de uma democracia que já agoniza.



## **PDE 2019: NEM QUANTIDADE, NEM QUALIDADE!**

***Por Bernardo Kestring***

O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, instituído no estado do Paraná como estratégia de formação docente pela Lei Complementar nº 103/2004, é, em sua gênese, um dos mais belos projetos de valorização da escola pública construído em nosso país.

Conciliando teoria e prática, pesquisa e ensino, o PDE teve o grande mérito de possibilitar aos educadores da rede pública paranaense a se afastarem das atividades de sala de aula para estudar, envolvendo-se em atividades de pesquisas acadêmicas em que lhes fosse possível problematizar e refletir sobre suas práticas cotidianas, retornando para as escolas, posteriormente, instrumentalizados e preparados para enfrentar desafios que lhes são impostos na arte de ensinar.

Os primeiros anos de vigência do programa motivaram os educadores em busca de novos conhecimentos, de aprofundamento teórico e de sistematização de saberes necessários à ação pedagógica responsável e, por isso, emancipadora. Esse programa, em última análise, instigou os educadores que dele participaram a assumirem a condição inalienável de sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem.

Infelizmente, na ótica estreita dos grupos políticos que assumiram o governo do Estado a partir do ano de 2011, o que era fortalecimento da escola pública democrática, tornou-se gasto a ser contido; o que era doce azedou! Sob a lógica obtusa do se fazer mais com menos, da falácia do choque de gestão, o PDE começou a deteriorar-se ainda durante o governo Beto Richa.

Agora em 2019, passados os malfadados anos do governo Richa, sob a gestão do empresário Renato Feder, o PDE tornou-se, definitivamente, um arremedo do que havia sido projetado para ser, um engodo típico de trapaceiros que fazem de conta que estão fazendo o que era obrigação que fizessem.

Quem participou do programa de 2019 sabe bem o que foi essa verdadeira trapaça pedagógica. Não houve, nessa etapa, nem quantidade e nem qualidade.

O programa foi oferecido apenas para professores que detivessem titulação de mestres ou doutores e estivessem na “casinha onze” do “nível dois” do plano de carreiras do magistério. Essa restrição deixou muita gente de fora. Apenas 745 professores de todo o Paraná e de todas as disciplinas concluíram a formação e passaram a ter oportunidade de avançar na carreira, o que constitui

flagrante ilegalidade diante do previsto em lei ainda vigente.

Se não bastasse a ilegalidade na oferta de vagas, a qualidade do programa foi, no mínimo, sofrível. Na verdade, foi muito, mas muito ruim mesmo!

O projeto de formação, foi a produção de uma proposta didática da disciplina do professor participante a ser desenvolvida em um prazo de seis meses sob a orientação, inteiramente à distância, de um professor da rede com o PDE já concluído em outras etapas e com chancela posterior, de um professor de uma universidade.

A formação à distância inviabilizou qualquer debate mais profundo em torno das propostas individuais. Além disso, a falta de liberação das atividades escolares, tanto dos cursistas quanto dos orientadores, os sobrecarregou, forçando-os a desenvolverem estratégias de mero cumprimento de exigências burocráticas, reafirmando em suas produções, de forma simplista, o já sabido. Ou seja, não houve nenhuma condição adequada para problematizações, pesquisas e reflexões que sustentassem com profundidade novas propostas didáticas.

Lamentável. Um projeto tão bonito e importante na história de nossa educação, ser reduzido a uma tarefa escolar, ao cumprimento de plataforma burocrática desvinculada da vida vivida. Em defesa da escola pública, democrática e de qualidade, faz-se necessário a retomada desse programa com a seriedade e o respeito que ele merece.

## **PDE E ENSINO DA FILOSOFIA: RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ÉTICA**

*Por Edson Teixeira de Rezende*

O ensino da Filosofia não busca atender uma finalidade utilitarista, mas como argumenta Cerletti (2009) é preciso estar atento aos acontecimentos oriundos do cotidiano, ao contexto do pensamento filosófico e aos protagonistas do processo ensino/aprendizagem, bem como superar a visão de que existe um procedimento como válido em todas as situações. Dessa forma, torna-se importante considerar as condições e os interesses de professores e estudantes, para que respeitando os documentos oficiais pensem no trabalho pedagógico com a Filosofia. Enfatiza ainda que

Quem deve estabelecer quais são os problemas concretos de ensinar Filosofia são os que se enfrentam no dia a dia com a situação de ensinar, já que só eles estão em condições de ponderar com justiça todos os elementos intervenientes em cada situação pontual. (CERLETTI, 2009, p. 10)

Nessa perspectiva, numa escola inclusiva (estudantes Surdos) é preciso considerar a importância do letramento visual, como também defender um ensino e aprendizagem que respeite o bilinguismo (Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita). Fundamental ainda que a cultura e identidade Surda sejam consideradas como forma de selecionar o conteúdo específico, os encaminhamentos metodológicos e o processo avaliativo respeitando os estudantes e as suas potencialidades.

Ciente de que a proposta do PDE/2019 tem como finalidade a produção docente, todavia, numa dinâmica diversa daquela do passado, em que proporcionava uma formação presencial nas Universidades parceiras do projeto PDE, também em 2019, não ocorreu a licença (da jornada de trabalho) do professor para realização, num primeiro ano, que era total destinado a estudo e formulação do projeto de intervenção, para depois ter sua implementação prática na escola, onde ocorria a troca de conhecimento com outros professores num grupo em rede denominado GTR. Para, além disso, seleção do PDE 2019 foi excludente, pois foi ofertada somente a professores da rede portadores de diploma de *stricto sensu*.

A produção que desenvolvemos em 2019, buscou promover a compreensão da relevância do conhecimento de si para o exercício político. Entender a reflexão do filósofo Sócrates sobre o autoconhecimento como importante para a postura ética na vida social. Ser cidadão é participar da vida política que não restringe em aceitar uma decisão porque alguém ou uma entidade possui recursos econômicos, mas levar em conta o que devemos considerar para aderir ou rejeitar uma ideia e como o

cuidado de si pode ser relevante na constituição do ser cidadão.

Tendo como problema de investigação para nossa produção no PDE a seguinte questão: Como exercer uma participação política com responsabilidade nos diversos papéis que compreende a vida cotidiana? Emerge desta o seguinte objetivo geral: Analisar o conhecimento de si como ferramenta para o exercício político e a postura ética. E como desdobramento deste os seguintes objetivos específicos: Identificar o que é política e quais as condições para dela participar. Compreender o papel do poder econômico (dinheiro) nas escolhas políticas e éticas nas micro e macrorrelações. Entender o processo político e ético considerando o aspecto gregário, a finalidade da existência.

Diante da problemática, a proposta pedagógica buscou conhecer a concepção prévia dos estudantes sobre política e sua relação com a ética, tendo os jovens como protagonista. Valoriza e reafirma o papel fundamental da **mediação docente** para a reflexão filosófica na experiência do filosofar dos estudantes do Ensino Médio. Atento para salas de aulas que tenham estudantes Surdos, a fim de propor estratégias metodológicas para que possam ser contemplados. Reconhecendo a língua de sinais como a língua natural da pessoa Surda e toda uma legislação que assegure o seu direito linguístico, cultural e identitário na sociedade e nas práticas educativas.

Compreende-se, portanto, que por meio de relação colaborativa, do uso do texto de Filosofia e de diversas outras tecnologias e mediação docente torna possível a recepção filosófica da política e da ética pelos estudantes do Ensino Médio.

Sendo relevante demonstrar essa apropriação e produção docente para a comunidade escolar, é incontestável que a edição do PDE 2019 deixou a desejar, visto que as práticas pedagógicas pensadas na teoria não puderam ser viabilizadas na prática no interior da escola. O fortalecimento do aspecto formativo docente não deve excluir a experiência enriquecedora no interior da sala de aula com os alunos.

**Participe do Jornal**

ENVIE SEU ARTIGO PARA

[jornalsisifo@gmail.com](mailto:jornalsisifo@gmail.com)

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado